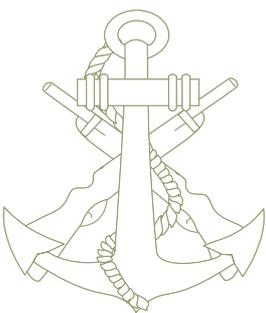


sibilidade de composição de forças multinacionais para cumprir um mandato do conselho de segurança das Nações Unidas, ou para atender a decisão de outros arranjos de força regionais contra um adversário comum (LUBIN, 2011). Neste cenário, é de se esperar a oposição de forças militares regulares e irregulares. Este tipo de operação anfíbia demandará, dependendo do poder de combate em oposição, um sistemático preparo anterior. Neste preparo, seriam realizadas operações navais para a obtenção do controle da área marítima necessária, bem como operações aéreas para obtenção da superioridade aérea local. O poder de combate necessário seria, portanto, de grandes dimensões, demandando grande quantidade de meios navais e aviação para as batalhas pela obtenção do controle do mar e da superioridade aérea local. A força de desembarque deveria ser compatível com a oposição esperada em terra, o que poderia exigir, além dos navios militares, o emprego de navios e embarcações de uso civil em complemento ao transporte das tropas e equipamentos. Meios blindados, artilharia e carros de combate seriam empregados na fase decisiva de projeção de poder sobre terra.

Conclusão

No século XXI, a disputa pelo controle de áreas litorâneas e a necessidade de estabilidade política e social demandarão o emprego de forças anfíbias para que o acesso a essas importantes regiões seja possível.

Três cenários são de maior probabilidade de ocorrência, de acordo com a situação político-militar de emprego da força: projeção de poder militar sobre território de outro Estado, porém, com aquiescência do governo local; apoio humanitário; e projeção de poder militar contra outro Estado.



CC(FN) Aristone Leal Moura
aristone@ciasc.mar.mil.br

CT(FN) Dagoberto Ferreira da Silva Junior
dagoberto@ciasc.mar.mil.br

CT(FN) Luis Felipe de Almeida Rodrigues
luisfelipe@con.mar.mil.br

CT(FN) Leandro Marinho Moreira
marinho@ciasc.mar.mil.br

CT(FN) Fabrício Barroso Guarino
barroso@ciasc.mar.mil.br

SO FN IF Vlademir Costa Pedreira
vlademir@ciasc.mar.mil.br

Operações Especiais em Operações Anfíbias

Ações de Reconhecimento

“O que se tornou evidente, ao final da Guerra do Golfo, foi que para determinadas missões, em determinados lugares ainda não há substituto para o mais antigo artefato de coleta de informações do mundo: o olho humano”

Frederick Forsyth

Os conflitos atuais mostram a necessidade de ações cada vez mais ágeis, pontuais e com o mínimo de danos colaterais. Para atender esse requisito, o esforço de inteligência e a especialização de tropas para atender a

A análise da situação político-militar de emprego da força e a existência de forças em oposição serão determinantes para a definição do poder de combate a ser embarcado nos, normalmente escassos, meios navais.

É importante, porém, não descartar nenhum dos cenários, ao raciocinar-se com o preparo a longo prazo da força anfíbia, pois as situações prováveis também são fluidas, podendo rapidamente evoluir de uma simples evacuação de não combatentes para o emprego da força militar contra outro Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Paulo S. T. Evacuação de Não-Combatentes no Líbano em 2006: Uma Hipótese de Emprego do Poder Naval e seus Reflexos junto à Sociedade. 2007. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

LUBIN, Andrew. Asserting Influence and Power: The Case for Amphibs in the 21st Century. *Marine Corps Gazette*, Quântico, v. 95, n. 3, p. 71-80, 2011. Disponível em: <www.mca-marines.org/gazette/article/asserting-influence-and-power-case-amphibs-21st-century>. Acesso em: 16 mar. 2011.

MELLO, Luis M. C. A Importância da Manutenção da Capacidade Anfíbia da Marinha do Brasil no Século XXI. 2008. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

REUTERS: Agência de notícias Reuters. Factbox – Lybia evacuations by country. Disponível em: <<http://au.news.yahoo.com/queensland/a/-/world/8903550/factbox-libya-evacuations-by-country/>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

SOUZA, Fernando I. Guerra de Litoral: Das águas azuis...para as águas marrons. *Revista O Anfíbio*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 22, p. 03-16, 2003.

A Guerra de Manobra vem sendo objeto de estudos do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) a um bom tempo, uma vez que as características dos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFu-zNav) se adaptam perfeitamente aos fundamentos deste estilo de guerra. Um dos princípios que mais caracterizam a Guerra de Manobra é o *Recon Pull*¹. Para atender a esse princípio, ocorrerá um aumento significativo na demanda das ações de reconhecimento, bem como no seu emprego no nível operacional, como será citado neste artigo. Como exemplos recentes, temos as operações Fênix e Xeque na Colômbia, que foram desencadeadas a partir de dados levantados por equipes de reconhecimento da *Jefatura Conjunta de Operaciones Especiales*.

Nas Operações anfíbias, as atividades de inteligência são ainda mais dificultadas pela ausência de contato com o inimigo e distância da Área de Operações, tornando o seu planejamento ainda mais complexo. Essa deficiência de conhecimentos sobre o inimigo e o terreno torna imprescindível que se faça uso de operações preparatórias para obter dados que constituirão subsídios indispensáveis à tomada das decisões fundamentais.

As ações de reconhecimento realizadas durante as operações preparatórias, normalmente, ocorrerão nas operações de apoio e nas operações de força avançada. Nas operações de apoio, o reconhecimento será voltado, prioritariamente, para atender a demanda de inteligência relacionada às decisões fundamentais tomadas durante a fase do planejamento. As equipes de Reconhecimento poderão fazer parte, tanto de uma Força-Tarefa (FT) de uma das forças singulares ou de uma conjunta de operações especiais. Devido à especificidade dos conhecimentos necessários a serem obtidos nas operações de apoio, o reconhecimento deverá, preferencialmente, ser executado por equipes pertencentes às unidades de operações especiais da MB (BtlOpEspFuzNav e GruMec). A subordinação dessas equipes, a uma Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais (FTCjOpEsp), integrará as equipes de reconhecimento a toda uma estrutura de inteligência, logística e C² (Comando e Controle), específica para a condução de operações especiais. Tal necessidade foi evidenciada nas Operações Fênix e Xeque, em que a Central de Inteligência do Exército colombiano detectou e seguiu emissões eletromagnéticas emitidas do interior da selva por prováveis acampamentos das FARC, o que desencadeou o emprego de equipes de reconhecimento, oriundas do Comando Conjunto de Operações Especiais, para rastrear e localizar tais acampamentos. Esses reconhecimentos resultaram na condução de fogo aéreo sobre o campo liderado pelo segundo homem das FARC, na captura de dados (Op. Fênix) e, alguns meses depois, no resgate de 15 reféns, dentre eles a senadora Ingrid Betancourt (Op. Xeque).

Nas operações de Força Avançada, os reconhecimentos ocorrerão em dois estágios. O primeiro, com o propósito



Figura 1 – Infiltração terrestre.
Fonte: Ronaldo Olive, 2007.

de atender à demanda de inteligência da ForDbq, realizar-se-á em ocasião que permita o cumprimento de tarefas de reconhecimento distante² e/ou profundo³, e o estabelecimento e operação dos PVig, no exterior da Cabeça de Praia, para prover o alerta antecipado à ForDbq.

Em um segundo estágio, serão lançadas equipes de reconhecimento visando satisfazer às necessidades de inteligência do Componente de Combate Terrestre (CCT), cumprindo ações de reconhecimento distante. Nos momentos que antecedem o desembarque, as equipes estarão, normalmente, no compartimento subsequente à primeira linha de alturas, simplificando a coordenação do apoio de fogo nos momentos iniciais do desembarque. Ainda, cabe ressaltar que as necessidades de reconhecimento aproximado⁴ serão atendidas pelas próprias Peças de Manobra em primeiro escalão.

A configuração atual dos GptOpFuzNav permite ao CFN se atualizar constantemente, de modo a atender os requisitos da Guerra de Manobra. Dentre as atualizações necessárias, há a ampliação do emprego das atividades



Figura 2 – GruCANf no PRO.
Fonte: O autor, 2008.

¹ *Recon Pull* ou “Reconhecimento-atrai”, ainda sem tradução consagrada em nosso vocabulário militar, consiste no conceito que confere maior liberdade ao executor de um plano, deixando-o com liberdade suficiente para buscar novas e atualizadas informações de combate, além de poder alterar a ideia de manobra inicial para explorar alguma oportunidade, desde que, ao final, atinja o efeito desejado/ estipulado. Seriam, portanto, os elementos de reconhecimento que indicariam o ponto exato para a aplicação da força e não um Comandante posicionado à retaguarda e sem contato imediato com o inimigo.

² Reconhecimento Distante: realizado entre a LSAA e a LCPF na ofensiva; e entre a linha à frente dos PAC e a LCAF, na defensiva.

³ Reconhecimento Profundo ou Afastado: realizado entre a LCPF e o limite da AOA na ofensiva; e entre a LCAF e o limite da AOA, na defensiva.

⁴ Reconhecimento Aproximado: realizado entre a LC e a LSAA na ofensiva; e entre o LAADA e a linha de alturas onde se encontram instalados os PAC, na defensiva.

de Reconhecimento e Vigilância, as quais podem ser executadas não só em apoio a Operações Anfíbias já iniciadas, mas também como elemento de busca de operações de Inteligência de nível até operacional, compondo uma FTCjOpEsp, se necessário.

Ações de Comandos

“Como pode um pequeno grupo de soldados atacar e destruir um inimigo entrincheirado e numericamente muito superior e ainda obter sucesso? Pode parecer impossível, mas é exatamente essa ideia que resume a essência das Forças de Operações Especiais.”

(William H. McRaven - USSOCOM).

As Ações de Comandos em Operações Anfíbias possuem uma enorme gama de possibilidades de emprego, devido, principalmente, à grande flexibilidade das constituições de suas equipes, planejamento e execução das diversas tarefas possíveis em nossos dias atuais. Todavia, normalmente, aproveitam-se da Superioridade Relativa que consiste em atacar o inimigo com grande violência, velocidade, em um momento inesperado e com técnicas não convencionais, obtendo assim uma grande vantagem temporária, fazendo com que seu poder de combate se multiplique em relação ao inimigo. Tudo isso é conseguido em um curto tempo e utilizando a surpresa para surpreender o inimigo.

Entretanto, há também a possibilidade de algumas Ações de Comandos não serem realizadas com o sigilo inerente a este tipo de atividade, sendo, então, esse elemento de Operações Especiais suplementado com mais apoio de fogo, mobilidade e proteção blindada, o que aumenta o tempo de atuação de sua superioridade relativa, realizando, com isso, Ações de Comandos mais aceitáveis, conhecidas como “assaltos à viva-força”.

O emprego de tropas de Operações Especiais, tanto no



Figura 3 – Infiltração por superfície saindo do submarino.
Fonte: O autor, 2011.

Brasil quanto no mundo, passa constantemente por evoluções, que acompanham, principalmente, o cenário político existente. Empregar tropas especiais significa acompanhar a tendência do combate moderno, utilizando pequenos efetivos, que necessitam de um baixo custo de investimento, para o cumprimento de tarefas de elevado grau de importância. Em relação a tais tarefas, o comandante precisa ter a certeza do cumprimento da missão, que, mesmo sendo paga por efeito desejado, será cumprida com o mínimo de danos colaterais. As grandes potências mundiais demonstram, claramente, esta tendência, por meio do emprego de tropas desta natureza nos conflitos mais recentes, como os ocorridos no Iraque e Afeganistão.

Percebemos, nos dias de hoje, a importância do emprego de Operações Especiais como Ação de Comandos nas Operações Anfíbias, principalmente em “assaltos à viva-força”. Tal Ação se torna uma possibilidade de emprego muito eficiente no processo decisório de um futuro cenário de crise; emergindo como uma possível solução para o nosso CFN quando este necessitar de respostas eficientes, rápidas e executadas à altura do que a sociedade espera.

Forças-Tarefa Conjunta de Operações Especiais em Operações de Apoio

Foi notado que as unidades de operações especiais empregadas, exclusivamente, pelas forças singulares deixavam de receber diversas tarefas em suas Áreas de Operações ou fora delas, importantes ao Comandante do Teatro de Operações (ComTO), ou ainda, a outras forças singulares. Por isso, foi criada a FTCjOpEsp, a qual é subordinada ao mais alto nível da operação, com a finalidade de realizar reconhecimentos e ações de comandos em prol do ComTO, otimizando o emprego dos operadores especiais.

Assim, a FTCjOpEsp tem a possibilidade de realizar Operações de Apoio à Força Naval Componente em que a Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) faz parte ou até nucleia. Essas operações podem ser de reconhecimentos distantes e profundos, os quais apoiarão o planejamento e a execução das Operações Anfíbias, como, por exemplo, o reconhecimento de Zonas de Desembarque (ZDbq). Pode, ainda, apoiar os elementos de reconhecimento ou ações de comandos orgânicos da ForTarAnf nas suas infiltrações, inclusive com meios não militares. Soma-se a essas possibilidades a de realizar ações de comandos em objetivos estratégicos e /ou operacionais fora da Cabeça de Praia (CP), contribuindo para uma diversão tática ou mesmo para retardar ações inimigas no interior da CP. A despeito do êxito no emprego conjunto, é fundamental manter equipes de reconhecimento, compondo a Força Avançada, a fim de suprir as necessidades especí-

ficas da ForDbq e interagir desde o planejamento com suas peças de manobra, garantindo o conhecimento dos *modus operandi* e mantendo o caráter expedicionário dos Fuzileiros Navais do Brasil.

Como exemplo atual, temos os Operadores Especiais dos Estados Unidos da América que integram seus adestramentos aos seus procedimentos por pertencerem ao *United State Special Operations Command* (USSOCOM). No Brasil, as Operações Leão, Albacora, Poraquê, Atlântico, entre outras têm servido para comprovar que a FTCjOpEsp, manobrada pelo ComTO, realmente, otimiza o emprego de Operações Especiais, em especial com a realização de missões de Reconhecimento, Guia Aéreo Avançado e Ações de Comandos em objetivos estratégicos e/ou operacionais, consolidando a tendência mundial de combinar os Operadores Especiais e subordiná-los ao nível mais alto de condução de um conflito em um Teatro de Operações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNCORAS E FUZIS. Rio de Janeiro: Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, n. 19, 2003.

BARROSO, Fabrício Guarino. Pelotão de Reconhecimento no BtlIn-fuzNav [S.l, s.n], 2009.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 1-3: Manual de Operações Especiais de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2007.

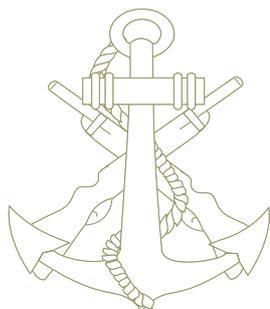
BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 1-4: Manual de Esclarecimento de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 20: Manual de Inteligência dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008c.

CÚELLAR, Juan Carlos Torres. Operação Xeque: a verdadeira história do resgate de Ingrid Betancourt. São Paulo: Planeta, 2009.

DAGOBERTO, Ferreira da Silva Jr. Operações Especiais em Granada: uma comparação com a doutrina vigente. [S.l, s.n], 2010.

VITAL, Rodrigo de Albuquerque Mello. Ações Diretas: Um novo conceito? [S.l, s.n], 2009.



CF (FN) Roberto Guarnieri Salvador
rsguarnieri@yahoo.com.br

Simplificação do Controle Aerotático no emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

O controle aerotático em qualquer operação militar é uma tarefa complexa. Esta complexidade é decorrente do espaço aéreo, na Área de Interesse, ser utilizado, simultaneamente, por inúmeros meios (tais como: aeronaves, artilharia antiaérea, Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) e meios de apoio de fogo superfície-superfície), e ter que exercer a coordenação e o controle sobre estes meios sem permitir que ocorra interferência mútua. Contribuindo ainda mais para a complexidade desse cenário, temos as coordenações efetuadas entre as agências de apoio aéreo e de apoio de fogo e a coordenação e controle de aeronaves de outras Forças, quando em uma operação conjunta.

Pesquisando sobre o assunto, foi observado que a busca pelo aperfeiçoamento da doutrina de controle aerotático é uma constante nas diversas Forças Armadas do mundo, que, assim, procuram um modo de fazer frente à complexidade da tarefa, tentando torná-la mais simples. Esta busca também se justifica, entre outras coisas, devido às inovações tecnológicas, que abrem novas possibilidades de emprego dos meios, ou ao surgimento de um novo meio, como foi o caso do VANT.

A publicação CGCFN-321 - Manual de Apoio Aéreo e Controle Aerotático dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), que dissemina a doutrina empregada na Marinha do Brasil, servirá de base para

orientar este artigo. Assim, os questionamentos aqui tratados terão como referência o citado manual, da qual serão retirados alguns conceitos, a fim de posicionar o leitor no assunto. Começaremos, então, com a definição de Controle Aerotático.

De uma forma geral, o controle aerotático é o controle exercido sobre as aeronaves que prestam apoio às ações de caráter tático, desenvolvidas pelas tropas que compõem os GptOpFuzNav, nos diversos tipos de operações que realizam. (BRASIL, 2008, p. 1-1).

Para que o controle aerotático ocorra, deve ser estabelecida uma estrutura compatível com a operação a ser realizada. Normalmente nas OpAnf, por possuírem o maior grau de complexidade entre as operações realizadas pelos GptOpFuzNav, será estabelecida uma estrutura completa, com todas as agências de controle aéreo constantes da doutrina, como no exemplo a seguir (Figura 1). Porém, isso não é mandatório, pois tal estrutura deve se adequar ao planejamento da operação. O que é mandatório, de acordo com a doutrina, é que devem ser estabelecidas no mínimo, em qualquer tipo de operação, duas agências, o Centro de Comando Aerotático (CComAT) e a Equipe de Controle Aéreo Avançado (EqCAA)/Guia Aéreo Avançado (GAA). Assim, as agências de apoio aéreo são ativadas de acordo com o escalão apoiado, a disponibilidade de meios